



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/12/2014

INDICE

1. JORNAL PEQUENO	
1.1. ASSESSORIA.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADOR.....	3 - 4

Inoperância do Legislativo

O efetivo combate ao crime não tem ocupado espaço de prioridade na pauta do Poder Legislativo no Brasil, onde apenas 7% dos projetos tratam do tema. Enquanto a cada 10 minutos uma pessoa é assassinada no país, a produção legislativa na área criminal fica aquém da urgência do setor.

Na atual legislatura no Congresso Nacional, apenas 35 projetos na área do combate à violência se tornaram lei, sendo que 34% das propostas foram de autoria do Poder Executivo, com tempo médio de tramitação de 3,7 anos.

O dado mostra a inoperância do Legislativo na produção de uma legislação que poderia ser útil à sociedade e à moralização do país, não tendo os parlamentares uma percepção real do papel que exercem como membros de um Poder constituído da República brasileira.

Enquanto deixa de legislar matérias importantes para a sociedade, o Parlamento se perde em escândalos políticos e nas intermináveis CPIs convocadas para investigar falcatruas.

Os parlamentares – cujo papel é produzir leis relevantes para a organização política, social, cultural e econômica do país – se comportam como se fossem imunes a elas, encontrando proteção no corporativismo ainda muito presente nas casas legislativas brasileiras, nas esferas federal, estadual e municipal.

Nos projetos que despertam o interesse da população, os parlamentares sempre “jogam para a plateia”, ou seja, não se recusam a votar, mas não aprovam e também não rejeitam, aplicando manobras políticas que deixam a população no limbo deliberativo.

É muito pequeno o número de projetos relacionados aos crimes de colarinho branco, o que não deixa de ser um forte indicativo de que os parlamentares não legislam para crimes cometidos pela elite econômica.

Os projetos da área criminal são apresentados somente em início de legislatura, em períodos de comoção nacional ou quando um fato atinge diretamente a elite brasileira.

Há um enorme abismo entre o discurso e a apresentação dos projetos. A corrupção é pouco discutida, embora esteja muito presente na seara política. O número de casos de corrupção nas últimas legislaturas foi significativo e seus desdobramentos repercutem até hoje.

Os projetos, em sua maioria, tratam a questão criminal de forma superficial, sentindo-se a falta de propostas estruturantes, mais profundas, que representem mudanças concretas.

Soma-se negativamente para isso a hegemonia do Poder Executivo no processo legislativo. É o Executivo que determina o que o deve ser votado e aprovado, prevalecendo sempre o jogo de interesses.

Não bastassem as agendas equivocadas e as pautas irrelevantes para a sociedade, a inconstitucionalidade ronda as leis produzidas pelos parlamentares. Oito em cada dez normas estaduais ou federais do país submetidas ao crivo do Supremo Tribunal Federal (STF) são julgadas inconstitucionais.

Enquanto em toda a história dos Estados Unidos apenas 35 leis não estão em vigor por conta de vícios na sua elaboração, no Brasil o índice de inconstitucionalidade de normas editadas nas casas legislativas brasileiras chega ao percentual de 90%.

É necessário que o Poder Legislativo reencontre o seu caminho e recupere o seu protagonismo na produção de leis em harmonia com os interesses da sociedade, que sempre se sentir prejudicada em seus direitos deve interferir, cobrando e fiscalizando seus representantes políticos.

Perda para o país

Documentos obtidos por um consórcio internacional de jornalistas mostram que bancos Bradesco, Itaú e Unibanco podem ter deixado de pagar R\$ 200 milhões por meio de planejamento tributário (elisão fiscal), método adotado para diminuir o peso da carga tributária num determinado orçamento.

Usando brechas na lei, Bradesco, Itaú e Unibanco colocam em Luxemburgo (pequeno paraíso fiscal na Europa) “ativos intangíveis” e pagam lá os impostos referentes a essa parte de seu patrimônio.

Como as alíquotas são muito menores, estima-se que eles tenham deixado de pagar R\$ 200 milhões em impostos, uma perda significativa para a arrecadação do país.

Os números citados se referem aos anos de 2008 e 2009. Ao longo de uma década, o valor pode chegar a R\$ 1 bilhão com facilidade. Todas as grandes corporações praticam alguma variante de planejamento tributário, incluindo a elisão fiscal.

Não há meio de medir o tamanho do valor que isso tudo dá, somado. Até porque não é algo que se faça às claras. As empresas tentam evitar até mesmo que a concorrência saiba como se faz, para manter uma vantagem competitiva.

Carga tributária

A carga tributária no Brasil é alta e quem paga a maior parte da conta é quem tem menos poder aquisitivo. Mais de 79% da população brasileira, que recebe até três salários mínimos por mês, contribui com 53% da arrecadação tributária total no país.

O sistema tributário brasileiro prioriza tributos em cima do consumo e muito pouco sobre a renda, o lucro e o patrimônio, diferentemente de outros países, onde a tributação parte do ganho. A consequência disso é que o pobre acaba pagando, proporcionalmente, mais imposto, tendo um custo tributário muito elevado. Com salário menor, o percentual pago com imposto acaba sendo maior do que quem tem melhor renda.

Os especialistas chamam atenção ainda para o fato de que no Brasil a tributação incide em cascata. Todas as etapas têm tributação que vão passando para a seguinte e fazem com que os produtos encareçam muito.

A maior carga tributária é a da cachaça, que é 82%, por ser considerada um item supérfluo, assim como acontece com artigos de luxo e eletrônicos.

O Brasil está entre os 30 países com pior retorno à população em função do bem-estar e retorno em serviços.

TRE-MA diploma eleitos 2014

Grande solenidade do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão marcou na última sexta-feira (19), a diplomação dos candidatos eleitos em 2014, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana. No total, 80 eleitos foram diplomados, sendo 1 governador, 1 vice, 1 senador (primeiro e segundo suplente), 18 deputados federais e 42 deputados estaduais, além do primeiro suplente de cada partido e/ou coligação.

A mesa foi formada por membros do TRE; o governador Arnaldo Melo; os desembargadores Cleones Carvalho Cunha (representando a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire), Nelma Sarney (corregedora geral da Justiça) e Raimundo Barros (presidente da Comissão de Juízes Auxiliares do TRE-MA); o deputado estadual Marcelo Tavares (representando o presidente da Assembleia Legislativa, Max Barros); o senador eleito Roberto Rocha; o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior; o procurador regional eleitoral Thiago Oliveira (substituto); o presidente da OAB/MA, Mário Macieira; o conselheiro Edmar Serra Cutrim (presidente do TCE-MA) e o diretor-geral Gustavo Costa Campos (TRE-MA). Ribamar Pinheiro fez alguns registros.



O corregedor do TRE-MA, desembargador Guerreiro Júnior, o presidente do TCE-MA, conselheiro Edmar Cutrim, o deputado estadual Glaubert Cutrim e o presidente do TRE-MA, desembargador Froz Sobrinho



O governador eleito e diplomado Flávio Dino e o desembargador Cleones Cunha



O governador eleito Flávio Dino, após ser diplomado, entre o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior e o presidente da OAB-MA, Mário Macieira



Flávio Dino entre Edivaldo Holanda Júnior e sua esposa Camila



FOTO 04 – O governador eleito Flávio Dino com os desembargadores Cleones Cunha e Nelma Sarney



O vice-governador eleito Carlos Brandão e sua esposa Larissa



O governador eleito Flávio Dino e sua esposa Daniela



Desembargador Raimundo Barros e sua esposa Silvia



O senador eleito Roberto Rocha e sua esposa Ana Cristina